



PPC

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

**ESPECIALIZAÇÃO EM
DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL**

**CURITIBA/PR
2023**

Mantenedora

GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – E-Mec 18437
CNPJ 32.163.997/0001-97

Mantida

GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – E-Mec 1759

PAG

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no D.O. U em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento, nº 65 de 18 de Janeiro de 2017,
(publicada no D.O. U em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário - UniBagozzi,
Portaria nº 402 de 03 de Junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, página 141).

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL**

CURITIBA/PR
2023

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES	4
1.1 BASE LEGAL DA MANTENEDORA	4
1.2 PERFIL E MISSÃO DA IES	5
1.2.1 Objetivo Geral	5
1.2.2 Objetivos Específicos	5
1.3 BREVE HISTÓRICO DA IES	6
2. O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL	9
2.1. JUSTIFICATIVA DO CURSO	9
2.2. PERFIL DO CURSO	9
2.2.1. Informações Gerais do Curso	9
2.2.2. Dados da Coordenação do Curso	10
2.2.3. Objetivo Geral	10
2.2.4. Objetivos Específicos do Curso	11
2.2.5. Público-Alvo	11
2.2.6. Articulação do curso com a graduação	11
2.2.7. Parcerias	11
2.3. SELEÇÃO E MATRÍCULA DO CANDIDATO	12
2.3.1. Seleção do Candidato	12
2.3.2. Matrícula do Candidato	12
2.4. PERFIL DO EGRESSO	12
2.5. PERFIL DO PROFESSOR	12
2.6. METODOLOGIA DE ENSINO	14
2.7. CORPO DOCENTE DO CURSO E TITULAÇÃO	14
2.9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO – CERTIFICAÇÃO	16
3. MATRIZ CURRICULAR	16
3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	17
3.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	46
4. EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	46
ANEXO – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A TURMA XXXXXX	47

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Tabela 1 - Identificação da Instituição de Ensino Superior - IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97			
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961.	Bairro: Portão	Cidade: Curitiba	UF: PR
CEP: 81.070-050	Telefone: (41) 3521-2727		

PAG

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

1.1.1 Base Legal da Mantenedora

O **Gran Centro Universitário** é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo **Gran Centro Universitário LTDA**. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na **Junta Comercial do Paraná**, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2 Base Legal da IES

Tabela 2 - Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
CÓDIGO e-MEC	18437
End.:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018.
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos
DIRIGENTE MANTENEDORA	
DIRIGENTE:	Gabriel Granjeiro

Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO				
e-MEC	1759				
DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
End.:	Rua Caetano Marchesini, N°. 952.				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727	Fax:	(41) 3521-2700		

Fonte: Gran Centro Universitário (2023)

1.2 PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3 BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1 A Faculdade Padre João Bagozzi (2001-2021)

A Congregação dos Oblatos de São José, primeira mantenedora da IES, como IES Padre João Bagozzi, está presente no Brasil desde 1919, tem sua sede na cidade de Curitiba (PR), na Rua João Bettega n.º 796, Bairro Portão, e seus estatutos sociais publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 122, de 01/08/1962.

O Pe. João Bagozzi, sacerdote italiano da Congregação dos Oblatos de São José, chegou ao Brasil em 1939, trabalhou em diversas localidades, como Paranaguá (PR), Botucatu (SP) e Curitiba (PR). O Pe. Bagozzi tinha uma alma simples e alegre, movida pelo ideal de evangelizar a juventude.

Em 1954, quando era pároco da Paróquia Senhor Bom Jesus do Portão, em Curitiba (PR), pensou em criar ao lado da igreja uma pequena escola que atendesse aos filhos da comunidade segundo princípios da educação católica. A “Escola Imaculada Conceição”, como era chamada, começou a funcionar em 1955 com quatro salas, autorizadas pelo Registro n.º 386 da Inspetora Seccional de Curitiba. Por sua determinação, a escola cresceu rapidamente, e no ano seguinte começaram as obras para sua ampliação, com o apoio de toda a comunidade do bairro.

Pelo Decreto n.º 4398 de 27/12/1977 o estabelecimento foi reorganizado, passando a denominar-se “Colégio Padre João Bagozzi – Ensino Regular e Supletivo de 1.º e 2.º Graus”, ofertando, também, o curso de Auxiliar e Técnico em Contabilidade. Desde a publicação da lei n.º 9394/96 de 20/12/1996, que estabeleceu as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a instituição foi adequando-se à legislação vigente, conforme explicitado no seu Regimento.

Respalhada por sua história frente ao Colégio Padre João Bagozzi, em 1998 a Congregação dos Oblatos de São José constituiu um colegiado para elaboração da proposta de criação da Faculdade Padre João Bagozzi, que se responsabilizou por elaborar o projeto de criação da instituição e a definição dos cursos a serem implantados. Paralelamente, foram realizadas as aquisições de equipamentos e modernização dos laboratórios de informática, modernização e informatização da biblioteca, adequação da estrutura física e constituição do corpo docente inicial.

Nessa ocasião, foi apresentado ao Ministério da Educação o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, para o período compreendido entre 1999 e 2003. A IES Padre João Bagozzi é fundada,

portanto, em 4 de julho de 2001, a partir do seu credenciamento, quando iniciou o seu ideal e carisma de educar para o desenvolvimento integral do ser humano, de forma sustentável e comprometida com a vida e a sociedade. Uma das metas de maior impacto institucional atingido foi a transferência da sede para instalações exclusivas, nas imediações do complexo de instituições mantidas pela Congregação dos Oblatos de São José, que ocorreu no início de 2005 no PDI vigente (2004 a 2008). Em 2008, a IES teve sua atualização de PDI deferida para o período 2009-2013. Desse projeto, outras metas de impacto foram os processos de autorização de novos cursos.

Em 2013, a IES teve nova atualização de PDI deferida para o período 2014-2018. Desse projeto, outras metas de impacto foram os processos de reconhecimento dos cursos autorizados e a abertura de novos cursos. Se deu também a solicitação do Credenciamento e da Autorização de funcionamento da oferta de cursos na modalidade a distância: Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu. No segundo semestre de 2018, devido à mudança da Direção Geral e o novo mandato da Superintendência, houve a necessidade de uma revisão e mudanças no PDI. Nesta reconstrução do PDI ocorreu a participação ativa dos membros do COSUP – Conselho Superior, formado na sua essência por representantes da Mantenedora, Direção Geral, Coordenadores de Escola, e Técnico – Administrativo, tendo sido aprovado no mês de julho de 2018. As principais mudanças desta nova Direção Geral e Superintendência foi a reorganização da oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância (graduação, pós-graduação e extensão) por meio da Escolas de Formação Humana e Profissional; apresentação de uma nova estrutura organizacional; e o redesenho de todos os processos de gestão acadêmica. Todas estas ações se deram pela construção colegiada de um Planejamento Estratégico, que contemple este triênio, no qual se envolveram os principais atores desta comunidade acadêmica.

A CPA, como parceira no projeto de desenvolvimento e evolução da Bagozzi, propõe e planeja as mudanças na prática acadêmica e na gestão da Instituição para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes, visando com isso atingir os objetivos propostos para a melhoria do ensino-aprendizagem. Os resultados parciais e finais sob forma de relatórios conclusivos, é objeto de divulgação plena, tanto para comunidade interna como para comunidade externa ou órgãos oficiais de governo, sempre que for o caso, observada a questão de pertinência ou conveniência, quer no em seu conteúdo integral ou sob a forma de artigos sobre temas específicos publicados de forma própria, ou em revista ou periódicos especializados, a critério

da Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA e da Administração Superior da IES. As conclusões finais do processo de avaliação de natureza institucional devem ser utilizadas tanto para alimentação permanente como para tomada de decisão. Conforme o Relato Institucional (2017-2019), durante este período houve a ampliação do portfólio dos cursos de graduação presencial e EaD, bem como da oferta de pós-graduação *lato sensu* e extensões universitárias, em ambas as modalidades. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* e extensões universitárias tiveram ainda as suas matrizes reformuladas e atualizadas.

Houve autorizações de três (3) cursos de graduação na modalidade a distância (Pedagogia, Processos Gerenciais e Logística), publicados em agosto de 2017. Deste modo, em 2018, iniciou-se a primeira turma de Pedagogia EaD. Em 2019 os cursos de Processos Gerenciais e Logística, ambos EaD, tiveram suas primeiras turmas iniciadas. Também em 2019, foram feitos os pedidos de autorizações de mais quatro (4) cursos de graduação, sendo eles Ciências Contábeis (presencial), Psicologia (presencial), Direito (presencial e EaD). Naquele ano, aconteceu ainda o processo de (re)modelagem acadêmica de todos os cursos de graduação das quatro (4) Escolas de Formação Humana e Profissional (Gestão, TI, Engenharias e Educação, Sociedade e Ambiente) com matrizes e projetos de cursos reformulados para entrarem em vigência a partir de 2020/1. Cabe aqui ressaltar que, em 2022, houve ampliação da 5ª Escola de Formação Humana e Profissional, a Escola Jurídica.

1.3.2 O Centro Universitário Padre João Bagozzi - UniBagozzi (2021-2022)

Em 2021, ocorreu a organização institucional para os trabalhos relativos ao pedido de credenciamento do Centro Universitário, com trâmites previstos para o ano de 2020 e, em 2021, um aditamento do PDI (2019-2023).

Enfim, em 31 de maio de 2021, após a avaliação externa virtual *in loco*, foi publicado pelo INEP o relatório de credenciamento de Centro Universitário, transformando a IES em Centro Universitário Padre João Bagozzi com conceito 5: o UniBagozzi.

Em 6 de junho de 2022, por publicação no D.O.U., Seção 1, Pág. 141, o Centro Universitário Padre João Bagozzi torna-se, então, oficialmente credenciado, conforme a Portaria nº 402, de 03/06/2022, que homologou o parecer CNE/CES Nº: 443/2021.

Figura 1 - Unibagozzi



Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Nesta perspectiva de crescimento, após duas décadas de atuação na Educação Superior e mais de 70 anos de presença da Rede OSJ de Educação (Congregação dos Oblatos de São José) dos diferentes segmentos de ensino, houve a mudança de mantenedora. Para garantir o progresso, a mantenedora da IES passou a ser o **GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA**, pertencente a **Gran Tecnologia e Educação S.A**, mais conhecida como **Gran Cursos Online**.

1.3.3 O Gran Centro Universitário (2022)

O **Gran**, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado

o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo **Gran** e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as **TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação)** são essencialmente valorizadas pelo **Gran**, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4 VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL

2.1. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O PPC do **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL** oportuniza aos participantes a compreensão dos modernos conceitos, fundamentos e práticas juspedagógicas, instrumentando-o juridicamente para a resolução de conflitos de interesses nas relações de direitos entre discentes, docentes e instituições de ensino; bem como, para a aplicação dos princípios da administração para uma gestão escolar de resultados.

Marcado pela inovação ao analisar os processos educacionais sob a égide multidisciplinar das Ciências Jurídicas e Ciências da Educação, o curso diferencia-se pela formação abrangente, modularizada e pela possibilidade do pós-graduando qualificar-se, complementar e optativamente, para a atuação na Docência na Educação Superior.

2.2. PERFIL DO CURSO

2.2.1. Informações Gerais do Curso

Nome do curso	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL
Identificação do Curso	Especialização
Habilitação	Especialista em DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL
Instituição Certificadora	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
Área do Conhecimento / Eixo Tecnológico	Educação
Duração do curso	18 meses
Modalidade	Presencial
Endereço do local do curso	Rua Caetano Marchesini, 952 - Portão, Curitiba - PR, Brasil
Carga Horária (Cadastro E-mec)	360 horas
Número de Vagas	30 vagas
Caracterização das aulas	Teóricas, práticas e teórico práticas

2.2.2. Dados da Coordenação do Curso

DADOS PESSOAIS DA COORDENAÇÃO			
Nome:	Deise Leia Farias Hofmeister		
End. Comercial:	Rua Caetano Marchesini, 952 - Portão		
Cidade:	Curitiba	UF: PR	CEP: 81110-390
Área de Formação	- Doutora em Administração – UP/PR – 2022. - Mestre em Administração – UP/PR – 2013. - Licenciatura em Pedagogia – UFPR/PR – 1998.		
Área de Especialização e pós-graduação	- Especialista em Pedagogia Empresarial – Gestão Educacional – UTP/PR – 2002. Curriculum Lates		
Curriculum Lates	http://lattes.cnpq.br/5359955277705913		

2.2.3. Objetivo Geral

O **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em GESTÃO E DIREITO EDUCACIONAL** do GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO tem como objetivo Geral:

- Propiciar espaços para reflexão da prática de gestão administrativa e pedagógica bem como, apresentar aspectos do Direito que garantem a legitimidade da ação educativa.

2.2.4. Objetivos Específicos do Curso

O **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em GESTÃO E DIREITO EDUCACIONAL** do GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO tem como objetivos específicos:

- Refletir a prática pedagógica e administrativa no âmbito de espaços escolares;
- Desenvolver a capacidade de utilizar crítica e criativamente as diversas formas de gestão;
- Utilizar dos princípios do direito educacional para garantia da efetivação de uma educação para cidadania.

2.2.5. Público-Alvo

O curso é dirigido a licenciados em qualquer área, Fonoaudiólogos, Pedagogos, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais e demais interessados em Educação Especial e Inclusão, seja para a atuação profissional, seja para a pesquisa ou ensino.

2.2.6. Articulação do curso com a graduação

A articulação do Programa de Pós-graduação em Educação com a graduação, nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, se dá pela necessidade dos acadêmicos graduados aprofundarem seus estudos na docência ou atuação técnico-pedagógica mediante a área que escolheu para atuar. A procura pelos cursos de pós-graduação neste sentido é incentivada pelas atividades de pesquisa, de extensão, pela orientação de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), pelos estágios realizados durante a graduação. Além destas atividades, são possibilitados ainda, eventos comuns como palestras e semanas acadêmicas, com a promoção da troca de experiências e apresentação de resultados acadêmicos tanto de um nível quanto de outro.

2.2.7. Parcerias

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL possui parcerias com instituições educacionais públicas e privadas, Secretaria Municipal de Educação da cidade de Curitiba e Região Metropolitana, Secretaria de Educação do Estado do Paraná e Entidades Assistenciais que trabalham com educação seja escolar ou não-escolar.

2.3. SELEÇÃO E MATRÍCULA DO CANDIDATO

2.3.1. Seleção do Candidato

O candidato necessita ter concluído a Graduação, para poder inscrever-se no curso de Pós-graduação.

2.3.2. Matrícula do Candidato

A matrícula está vinculada à apresentação de documentos que comprovem a conclusão da graduação – Histórico e Diploma de Graduação.

Além destes, ainda são necessários documentação:

- Cópia de RG e CPF
- Cópia de Comprovante de Residência.

PAG

2.4. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso corresponde ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes profissionais necessárias para a atuação na área da gestão.

2.5. PERFIL DO PROFESSOR

O Corpo Docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional. Ele deve ser suficiente em número e deve reunir competência associada a todos os componentes da estrutura curricular. A dedicação e diversidade de saberes, devem ser adequados para garantir um bom nível de interação entre estudantes e docentes.

Os professores devem ter qualificações adequadas. Sua competência global poderá ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades da administração de empresas em áreas compatíveis com as do ensino no programa. O perfil desejado para o docente contempla os seguintes aspectos:

- Domínio de conteúdo e capacidade de transmissão;
- Compromisso com o ensino de qualidade;
- Liderança;
- Disponibilidade para o diálogo;

- Competência para gerar um clima favorável ao debate e questionamento em sala de aula;
- Formação multidisciplinar, indispensável para o ensino abrangente que demonstre os variados vínculos entre as diferentes disciplinas;
- Capacidade de administrar conflitos;
- Acompanhamento das situações da realidade atual;
- Postura ética adequada no exercício do magistério;
- Obediência às normas da Faculdade.

O docente, para assumir disciplinas no **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em GESTÃO E DIREITO EDUCACIONAL** da IES, deverá possuir experiência na docência de ensino superior e experiência na área que estará ministrando a disciplina, com titulação compatível com a exigida pela legislação em vigor, especialista e/ou preferencialmente possuir título ou estar cursando mestrado e/ou doutorado.

O docente deverá ainda, possuir espírito empreendedor, ter iniciativa para implantar e implementar novas técnicas pedagógicas, buscando contextualizar a realidade local da instituição na do restante do país em conjunto com o mercado externo.

Os professores serão incentivados a dedicar parte do tempo para a realização de pesquisas, devendo produzir artigos técnicos para simpósios e congressos.

Periodicamente a Coordenação do Curso realiza reuniões de colegiado, onde são revistos e atualizados os ementários, bibliografias, práticas acadêmicas, além da verificação dos trabalhos de pesquisa em andamento e acompanhamento de projetos.

Diante desse perfil o GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO, além do seu quadro efetivo de docentes, contrata professores convidados, com intuito de extrapolar e aprimorar os conhecimentos tendo em vista as experiências em outras áreas e estabelecimentos.

2.6. METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino adotada para aulas presenciais é baseada na exposição dialogada, com leitura de material enviado previamente ao aluno, além de estudos de casos, produção de

material didático para as diferentes áreas, oficinas, trabalhos de grupos, seminários conforme planejamento do professor.

2.7. CORPO DOCENTE DO CURSO E TITULAÇÃO

NOME	MÓDULO / DISCIPLINA	TITULAÇÃO
Módulo I - Legislação Educacional Específica		
Dhaiene Bruno	Sistema Educacional Brasileiro: Legislação e Políticas Educacionais	Especialista
Dhaiene Bruno	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica no Brasil	Especialista
Dhaiene Bruno	Educação Brasileira e Análise de Cenários	Especialista
Luciana Parra	Estrutura e Funcionamento da Educação Superior no Brasil	Doutora
Módulo II - Direito Aplicado as Atividades Educacionais		
Jorgina Cristina/ Convidada - Liz Precybilovicz	Introdução ao Estudo do Direito	Especialista
Jorgina Cristina/ Convidada - Liz Precybilovicz	Direito trabalhista Aplicado a Atividade Educacional	Especialista
Jorgina Cristina / Convidada - Alessandra Mancaz	Direito Penal no Ambiente Educacional	Especialista
Humberto S. H. Contreras / Convidada - Angela Mendonça	Estatuto da Criança e do Adolescente	Mestre/Especialist a
Jorgina Cristina	Direito Civil Aplicado (Contratos, Direito de Imagem e Responsabilidade Civil)	Especialista
Jorgina Cristina	Direito do Consumidor no Ambiente Educacional	Especialista
Humberto S. H. Contreras / Convidada - Angela Mendonça	Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Redes de Proteção	Mestre/Especialist a

Nelson Venâncio	Políticas Públicas sobre Prevenção de Drogas	Especialista
Módulo III – Gestão Pedagógica nas Instituições de Ensino		
Helton R. Leal	Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Conselho de Escola	Mestre
Marcus Quintanilha	Financiamento e Programas para o Desenvolvimento da Educação (PAR, PDDE, PNATE, PNAE, PNBE, PNLD, entre outros)	Doutor
Rozane Barros	Mediação de Conflitos e Indisciplina Escolar	Mestre
Rozane Barros	Gestão e Trabalho Pedagógico I e II	Mestre
Módulo IV - Gestão Sistêmica nas Instituições de Ensino		
Adriana BERNARDT/Convidada - Tatiana Borges	Gestão de Pessoas em Educação Pública e Privada	Especialista
Adriana Bernardt	Relações Interpessoais, Liderança e Motivação	Mestre
Wellington Pudelko	Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil em Educação	Especialista
Igor Ries	Gestão da Comunicação e Marketing Educacional	Mestre
Rúbia Cavali / Convidado - Giovani de Paula Batista	Planejamento estratégico em Organizações Educacionais	Mestre/Doutor
Módulo V – Procedimentos Para Credenciamento e Recredenciamento		
Dhaiene Bruno	Credenciamento de Instituições, Programas, Projetos e Cursos	Especialista
Gelson F. Massuqueto	Segurança em Ambientes Educacionais	Especialista
Rúbia Cavali / Convidado - Giovani de Paula Batista	Avaliação Institucional: avaliação externa e auto-avaliação	Mestre/Doutor

2.9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO – CERTIFICAÇÃO

O sistema de Avaliação, conforme Regimento Institucional, confere certificação de **Especialista em DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL** a todos os alunos que atingirem nota acima da média 70 (setenta) e 75% de presença às aulas.

3. MATRIZ CURRICULAR

Módulo I - Legislação Educacional Específica	72
Sistema Educacional Brasileiro: Legislação e Políticas Educacionais	12
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica no Brasil	12
Educação Brasileira e Análise de Cenários	12
Estrutura e Funcionamento da Educação Superior no Brasil	12
Estatuto da Criança e do Adolescente	12
Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Redes de Proteção	12
Módulo II - Direito Aplicado as Atividades Educacionais	72
Introdução ao Estudo do Direito	12
Direito Trabalhista Aplicado a Atividade Educacional	12
Direito Penal no Ambiente Educacional	12
Direito Civil Aplicado (Contratos, Direito de Imagem e Responsabilidade Civil)	12
Direito do Consumidor no Ambiente Educacional	12
Políticas Públicas sobre Prevenção de Drogas	12
Módulo III – Gestão Pedagógica nas Instituições de Ensino	84
Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Conselho de Escola	24
Financiamento e Programas para o Desenvolvimento da Educação (PAR, PDDE, PNATE, PNAE, PNBE, PNLD, entre outros)	24
Mediação de Conflitos e Indisciplina Escolar	12
Gestão e o Trabalho Pedagógico	24
Módulo IV - Gestão Sistêmica nas Instituições de Ensino	96
Gestão de Pessoas em Educação Pública e Privada	12
Relações Interpessoais, Liderança e Motivação	12
Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil em Educação	24
Gestão da Comunicação e Marketing Educacional	12
Planejamento estratégico em Organizações Educacionais	12
Módulo V – Procedimentos Para Credenciamento e Recredenciamento	36
Credenciamento de Instituições, Programas, Projetos e Cursos	12
Segurança em Ambientes Educacionais	12
Avaliação Institucional: avaliação externa e auto-avaliação	12
TOTAL DO CURSO	360

3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: Legislação e Políticas Educacionais			
I. IDENTIFICAÇÃO			
CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: Legislação e Políticas Educacionais	CARGA HORÁRIA	12 H
II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA			
EMENTA	A disciplina aborda aspectos da legislação e da política educacional brasileira, no contexto histórico e social.		
COMPETÊNCIAS	Entender a organização da educação brasileira a partir das políticas e da legislação, no contexto histórico.		
HABILIDADES	- Identificar as intenções das políticas e da legislação brasileira para educação; - Refletir sobre as condições atuais do cenário educacional atual.		
III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
- Política – aspectos filosóficos e sociológicos; - Relação Política, cidadania e a educação; - Histórico político da educação no Brasil; - A Constituição Federal e Educação Brasileira; - A LDB e a Legislação Educacional.			
IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA			
ALVES, G. L. A produção da escola pública contemporânea . Campo Grande: EduFMS: Campinas, SP: Autores Associados, 2006.			
FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade . São Paulo: Ed. Moraes, 2007.			
SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático . RJ: Paz e Terra, 2008.			
V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CERVI, Rejane de Medeiros Cervi. Padrão Estrutural do Sistema de Ensino no Brasil . Disponível na Biblioteca Virtual da Faculdade Pe. João Bagozzi.			
FERNANDES, A.V.M. Entre o texto e o contexto: análise comparativa das leis de diretrizes e bases da educação da Espanha (1990) e do Brasil (1996) . São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.			

FERREIRA, D.; BALESTRERI, R. (org). **Educando para a Cidadania**: os Direitos Humanos no currículo escolar. Seção Brasileira da Anistia Internacional: 1992.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB. Campinas SP, Autores Associados, 2011.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	CARGA HORÁRIA	12H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aprofunda os aspectos da estrutura e da organização do sistema educacional brasileiro.
COMPETÊNCIAS	Entender a organização e o funcionamento do Sistema Educacional Brasileiro.
HABILIDADES	- Identificar níveis e modalidades de educação e seus objetivos; - Refletir sobre a organização e estrutura da educação brasileira.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito e Organização do sistema educacional brasileiro: aspectos legais;
- A LDB e a organização escolar;
- Políticas públicas: federal, estadual e municipal – descentralização;
- Níveis e modalidades de ensino;
- Educação pública e privada no sistema educacional e órgãos regulamentadores.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande: EduFMS: Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Ed. Moraes, 2007.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. RJ: Paz e Terra, 2008.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVI, Rejane de Medeiros Cervi. **Padrão Estrutural do Sistema de Ensino no Brasil**. Disponível na Biblioteca Virtual da Faculdade Pe. João Bagozzi.

FERNANDES, A.V.M. **Entre o texto e o contexto**: análise comparativa das leis de diretrizes e bases da educação da Espanha (1990) e do Brasil (1996). São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

FERREIRA, D.; BALESTRERI, R. (org). **Educando para a Cidadania**: os Direitos Humanos no currículo escolar. Seção Brasileira da Anistia Internacional: 1992.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB. Campinas SP, Autores Associados, 2011

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ANÁLISE DE CENÁRIOS

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ANÁLISE DE CENÁRIOS	CARGA HORÁRIA	12H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina propõe uma reflexão crítica do cenário educacional atual, tendo em vista os conceitos legais e a organização do sistema atual.
COMPETÊNCIAS	Desenvolver postura reflexiva sobre as condições atuais da educação nacional.
HABILIDADES	- Identificar fatores determinantes para a educação nacional. - Analisar as propostas educacionais atuais.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Condições atuais da educação nacional;
- PNE – proposta de governo X proposta política nacional;
- Proposta de renovação da Base Nacional Curricular Comum.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande: EduFMS: Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Ed. Moraes, 2007.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. RJ: Paz e Terra, 2008.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVI, Rejane de Medeiros Cervi. **Padrão Estrutural do Sistema de Ensino no Brasil**. Disponível na Biblioteca Virtual da Faculdade Pe. João Bagozzi.

FERNANDES, A.V.M. **Entre o texto e o contexto: análise comparativa das leis de diretrizes e bases da educação da Espanha (1990) e do Brasil (1996)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

FERREIRA, D.; BALESTRERI, R. (org). **Educando para a Cidadania: os Direitos Humanos no currículo escolar**. Seção Brasileira da Anistia Internacional: 1992.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB. Campinas SP, Autores Associados, 2011

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	CARGA HORÁRIA	12H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, suas características, regulamentação, funções e objetivos.
COMPETÊNCIAS	Entender o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, suas características, funções e objetivos.
HABILIDADES	- Relacionar o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil com as necessidades de expansão de formação de mão de obra para o mercado; - Identificar as funções e objetivos do Ensino Superior; - Refletir sobre as condições atuais do cenário educacional do ES.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História, Finalidade e Organização do Ensino Superior no Brasil: aspectos legais;

- Procedimentos de credenciamento e Avaliação;
- Documentos bases PPI, PDI, PPC;
- Relação das IES públicas e privadas com o MEC.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil** – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025

MORA, José-Ginés. **O processo de modernização das universidades européias: o desafio do conhecimento e da globalização**. In: _____ Inovação e Empreendedorismo na Universidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **As desigualdades na escolarização no Brasil**: Relatório de observação nº 4. 2. ed. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2011. 60p

GARCIA, M. **Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na Educação Superior**. Disponível em: www.abmes.org/abmes/public/arquivos/documentos/MGarcia_Artigo_10_milhoes.pdf. Acesso em: 02 set. 2011.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda a introdução ao Direito e como se relaciona ao Direito Educacional.
COMPETÊNCIAS	• Conhecer questões básicas do direito relacionados às questões educacionais.
HABILIDADES	• Entender os princípios do direito e do Direito Educacional; • Relacionar questões básicas do direito às questões educacionais; • Identificar aspectos do Direito que condizem às questões da educação.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução: O Direito e ao Direito Educação;
- Relação entre o Direito Civil e Educacional;
- Estrutura legal da Educação no Brasil;
- Direito e Direito Educacional como processo de controle;
- Escolarização pública e privada e Direito;
- Dispositivos educacionais e estrutura legal da educação brasileira.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

MARTIN, Celso Luiz Müller, **Guia Jurídico do Mantenedor Educacional**, 1. ed. São Paulo: Érica, 2004.

PEREIRA, Antonio Jorge da Silva; SILVA, Cinthya Nunes Vieira da; MACHADO, Décio Lencioni; COVAC, José Roberto; FELCA, Marcelo Adelqui, **Direito Educacional – Aspectos Práticos e Jurídicos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TRINDADE, André (Coord.), **Direito Educacional Sob uma Ótica Sistêmica**. Curitiba: Juruá, 2008.

PAIVA, Regina Garcia de, Artigo: **Direito Educacional: Do fato para o Direito**. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, **Direito Administrativo**, 21. ed. São Paulo. Atlas, 2008.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELLO, Celso Antônio Bandeira de, **Curso de Direito Administrativo**, 23. ed. São Paulo. Malheiros, 2007.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 6. ed. São Paulo. Método, 2003.

SANTOS, Adair Loredó, **Direito Administrativo**, São Paulo, Prima Cursos Preparatórios, 2004.

SABBAG, Eduardo de Moraes, **Direito Tributário**, São Paulo, Prima Cursos Preparatórios, 2004.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco, Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Deliberação nº 101/2010, disponível em www.ceesp.sp.gov.br.

CARRAZZA, Roque Antonio, **Curso de Direito Constitucional Tributário**, 22. ed. São Paulo, Malheiros, 2006.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

DIREITO TRABALHISTA APLICADO A ATIVIDADE EDUCACIONAL

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL
-------	--

DISCIPLINA	DIREITO TRABALHISTA APLICADO A ATIVIDADE EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA	12 H
II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA			
EMENTA	A disciplina aborda o Direito Trabalhista e como se relaciona às questões trabalhistas da educação pública e privada.		
COMPETÊNCIAS	• Conhecer questões básicas do direito trabalhista relacionadas ao espaço educacional.		
HABILIDADES	• Entender os princípios do Direito Trabalhista; • Relacionar questões básicas do direito do trabalho que são garantias ao trabalhador na área educacional pública ou privada.		
III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
• Legislação trabalhista relacionadas à Educação; • Organização escolar e as leis trabalhistas; • Direitos e Deveres do professor frente às leis trabalhistas; • Professor Estatutário e CLT. • Regimento Escolar.			
IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA			
ALMEIDA, Cléber Lúcio. Direito processual do trabalho . 6. ed. São Paulo: LTr, 2016.			
RUSSOMANO, Mozart Victor. Direito do trabalho : pronunciamentos inéditos. Curitiba: Juruá, 2009. 169 p.			
V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BEBBER, Júlio César. Princípios do processo do trabalho . São Paulo: LTr, 2007.			
BELMONTE, Alexandre Agra; DUARTE, Bento Herculano; SILVA, Bruno Freire e (Coords.). O novo CPC aplicado ao processo do trabalho . São Paulo: LTr, 2016			
VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS			

DIREITO PENAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL			
I. IDENTIFICAÇÃO			
CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	DIREITO PENAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA	12 H
II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA			

EMENTA	A disciplina aborda o Direito Penal e como se relaciona às questões da educação pública e privada.
COMPETÊNCIAS	Conhecer questões básicas do direito Penal relacionadas às questões educacionais.
HABILIDADES	- Entender os princípios do Direito Penal; - Relacionar questões básicas do direito Penal que são aplicadas à área educacional pública ou privada.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Penal e como se relaciona às questões da educação pública e privada.
-

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral, vol.1. São Paulo: Saraiva, 9ª edição, 2004.

COSTA JR, Paulo José da. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 10ª edição, 2009.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMÁSIO, Jesus. **Penas Alternativas: anotações à lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998**. São Paulo: Saraiva, 1999.

ESTEVES, João Luiz Martins. **Cidadania e Judicialização dos conflitos sociais**. Disponível em http://www2.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol_02/ANO1_VOL_2_04.pdf

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 32ª edição, 1987.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

DIREITO CIVIL APLICADO À AEDUCAÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	DIREITO CIVIL APLICADO À EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda o Direito Civil e como se relaciona às questões da educação pública e privada.
---------------	--

COMPETÊNCIAS	• Conhecer questões básicas do direito Civil relacionadas às questões educacionais.
HABILIDADES	• Entender os princípios do Direito Civil; • Relacionar questões básicas do direito Civil que são aplicadas à área educacional pública ou privada.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

• Conceito e área de atuação do direito civil; • Código de Direito Civil; • Contratos; • Direito de Imagem; • Responsabilidade Civil.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Patrice Canivez. Trad. Estela dos Santos Abreu, Dláudio Santos. Campinas, SP: Parius, 1991

COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil:** dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JOAQUIM, Nelson. **Direito Educacional Brasileiro** – História, Teoria e Prática (prefácio Agostinho Reis Monteiro). Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional** (Prefácio de Henry Steiner). São Paulo: Ed. Max Limonad, 2000.

SARMENTO Daniel (Org) **Igualdade, diferença e direitos humanos.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

DIREITO DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE EDUCACIONAL

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	DIREITO DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA	
EMENTA	A disciplina aborda o Direito do Consumidor e como se relaciona às questões da educação pública e privada.
COMPETÊNCIAS	• Conhecer questões básicas do direito do Consumidor relacionadas às questões educacionais.
HABILIDADES	• Entender os princípios do Direito do Consumidor; • Relacionar questões básicas do direito do consumidor que são aplicadas à área educacional pública ou privada.
III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
• Conceito e aplicabilidade à educação; • Código de Defesa do Consumidor.	
IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA	
BALTAZAR, Shalom Moreira. A liberalização do serviço de ensino superior no Brasil: da desestatização ao marco regulatório. <i>Raízes Jurídicas</i>, Curitiba: Universidade Positivo, v. 3, n. 2, jul./dez. 2007. BRASIL. Código de defesa do consumidor. São Paulo: Riedel, 2010. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.	
V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. V.3. BRASIL. Lei 9870, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1999. BRASIL. Lei 9394, de 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 2007	
VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
I. IDENTIFICAÇÃO			
CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda o Estatuto da Criança e do adolescente, sua origem, necessidades e garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes.
COMPETÊNCIAS	• Conhecer questões básicas do Estatuto da Criança e do Adolescente e como a gestão e o direito estão relacionados no sentido de garantir os direitos e deveres.
HABILIDADES	• Entender os princípios do ECA; • Relacionar questões básicas do ECA que são aplicadas à área educacional pública ou privada.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude;
- Da teoria da situação irregular à teoria da proteção da criança e do adolescente;
- Direitos fundamentais da criança e do adolescente;
- Tutela jurídica especial à criança e ao adolescente: condição peculiar de desenvolvimento;
- Medidas de proteção;
- Medidas socio-educativas.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>

CALDAS, Igor Lúcio Dantas Araújo. **Comentários Sobre A Consolidação Do Estatuto Da Criança E Do Adolescente – Lei Nº 8.069/90**. Disponível em <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3899>

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Professor – reflexos na sua formação e atuação**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

FRANCISCHINI, R. e SOUZA NETO, M.O. Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que Protege. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF – Vol. 19, N. 1, p. 243-251. Jan/Jul 2007**

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ESTATUTO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REDES DE PROTEÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	ESTATUTO DO IDOSO, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REDES DE PROTEÇÃO	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda o Estatuto do Idoso e do Deficiente, sua origem, necessidades, e garantias dos direitos das pessoas em situação de risco e a redes de apoio.
COMPETÊNCIAS	Conhecer questões básicas do Estatuto do Idoso e do Deficiente e como a gestão e o direito estão relacionados no sentido de garantir os direitos e deveres.
HABILIDADES	- Entender os princípios dos estatutos do deficiente e do idoso; - Relacionar questões básicas do Estatuto que são aplicadas à área educacional pública ou privada.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Evolução histórico-sociológica dos direitos da pessoa com deficiência e idosa;
- Da teoria da situação irregular à teoria da proteção do idoso e do deficiente;
- Direitos fundamentais do idoso e do deficiente;
- Medidas de proteção;
- Medidas socio-educativas.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

Siqueira FCV, Facchini LA, Silveira DS, Piccini RX, Tomasi E. **Barreiras arquitetônicas a idosos e portadores de deficiência física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil.** Cien Saude Colet 2009; 14(1):39-44.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Pessoa com Deficiência e o Sistema Único de Saúde.** 2. ed. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Manual de Legislação em Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.** 2. ed. Brasília, 2006.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Manual de Aplicação do Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC-2008: (Programa BPC na Escola).** Brasília, 2008.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSA, T.E.C., BENICIO, M.H.D., ALVES, M.C.G.P., LEBRAO, M.L. **Aspectos estruturais e funcionais do apoio social de idosos do Município de São Paulo**, Brasil. Cad SaudePublica 2007; 23(12): 2982-2992.

RIBEIRO, K.S.Q.S. **A Relevância das Redes de Apoio Social no Processo de Reabilitação**. RBCS 2010; 13(2):69-78.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS**POLÍTICAS SOBRE PREVENÇÃO DE DROGAS****I. IDENTIFICAÇÃO**

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	POLÍTICAS SOBRE PREVENÇÃO DE DROGAS	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda os movimentos de reforma nas políticas sobre drogas e as propostas de redução de danos como diretriz ético-política. Apresenta as redes de atenção aos usuários de drogas lícitas e ilícitas e o papel educacional de prevenção.
COMPETÊNCIAS	• Conhecer questões básicas e impacto das políticas antidrogas nos espaços escolares e identificar os órgãos de apoio.
HABILIDADES	• Entender as políticas antidrogas nos espaços escolares; • Identificar principais casos de drogadição no espaço escolar; • Identificar formas de abordagem e buscar os órgãos de apoio.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História das Políticas antidrogas;
- Mídia e drogas;
- Redes de atenção ao usuário;
- Órgãos de apoio do sistema educacional no combate às drogas;
- O papel da escola na prevenção.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

ALVES, V. S. (2009). **Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas**: discursos políticos, saberes e práticas. Cadernos de Saúde Pública, 25(11), 2309-2319.

AMARANTE, P. (1995, Org.). **Loucos pela Vida** - a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz.

AMARANTE, P. (2012). **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz

COSTA, P. H. A. da, MOTA, D. C. B., PAIVA, F. S. de, & RONZANI, T. M. (2015). **Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(2), 395-406.

CUNDA, M. F. & SILVA, R. A. N. (2014). **O crack em um cenário empedrado**: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 245-255.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, N. (1974). **Algumas palavras sobre descriminalização**. *Revista de Direito Penal da Faculdade de Direito Cândido Mendes*, 13/14, 28-40.

CARNEIRO, H. (2002). **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Outubro, 6, 115-128.

CARVALHO, I. S. de, & Pellegrino, A. P. (2015). **Política de Drogas no Brasil**: a mudança já começou. Instituto Igarapé. (Artigo Estratégico n. 16). Recuperado de: <https://igarape.org.br/politicas-dedrogas-no-brasil-a-mudanca-ja-comecou/>

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, REGIMENTO ESCOLAR E O CONSELHO DA ESCOLA

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, REGIMENTO ESCOLAR E O CONSELHO DA ESCOLA	CARGA HORÁRIA	24 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda a atuação dos gestores e a mediação do Conselho da Escola no espaço educacional na elaboração, implantação, supervisão e avaliação do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Escolar e demais ações da escola.
COMPETÊNCIAS	Entender o processo, os procedimentos e as funções da equipe pedagógica e do Conselho da Escola na elaboração, supervisão e avaliação dos principais documentos que regulamentam uma instituição educacional.
HABILIDADES	Entender as políticas para construção de um PPP, Regimento Escolar e demais documentos que regulamentam as atividades educacionais;

- Identificar principais elementos para construção de cada um dos documentos.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A elaboração e gestão do Projeto Político Pedagógico e o comprometimento social e ético dos educadores e comunidade;
- Modelos de Planejamento (Funcional, Estratégico, Participativo);
- Elaboração e função do Regimento Escolar;
- O Conselho da Escola como articulador e efetivação do PPP e Regimento.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Erisevelton Silva. **O Diretor e as avaliações praticadas na escola**. Editora Kiron, Brasília-DF, 2011. (p. 51 – 55).

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. Cortez, 2001.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Ângela. **Autonomia da escola: a (ex) tensão do tema das políticas públicas**. Cortez, 2002

COSTA, Jorge Adelino da.; FIGUEIREDO, Sandra. **Quadros de referência para o desempenho dos líderes escolares**. Ensaio: aval. pol.públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 183-202, abr./jun. 2013

DALBERIO, M. C. **Gestão democrática e participação na escola pública popular**. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 47/3. Organización dos Estados Iberoamericanos para laEducación, laCiencia y la Cultura, out/2008, p. 1-12.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

FINANCIAMENTO E PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	FINANCIAMENTO E PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA	24 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda a formas de financiamento da educação e possibilidades de projetos e programas para benefícios da educação.
--------	---

COMPETÊNCIAS	Entender como funciona o financiamento para projetos e programas que beneficiam a educação em instituições públicas e privadas.
HABILIDADES	- Entender as políticas para financiamento educacional; - Identificar principais programas e projetos e quais as condições de acesso.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fontes e recursos públicos para a educação;
- O financiamento da Educação Básica e a legislação o que o regulamenta;
- Políticas de financiamento da Educação Básica;
- Os programas de descentralização dos recursos para a escola (PAR, PDDE, PNATE, PNAE, PNBE, PNBL entre outros);
- Gestão dos recursos da educação.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

BORGES, Z.P. **Política e educação**: análise de uma perspectiva partidária. Campinas: FE/UNICAMP; Hortograph, 2002.

DEITOS, R.A. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, M. L. **A escola pública pode fazer a diferença**. Coimbra: Almedina, 2010.

VIANNA, H. M. Avaliação de programas educacionais: duas questões. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 16, n. 32, pp. 43-55, 2005.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E INDISCIPLINA ESCOLAR

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E INDISCIPLINA ESCOLAR	CARGA HORÁRIA	24 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda os conceitos básicos de mediação de conflitos e como a gestão pode trabalhar no sentido de amenizar ou erradicar problemas de indisciplina na escola.
---------------	---

COMPETÊNCIAS	• Entender como a gestão pode intervir como mediador nas questões de indisciplina no espalho escolar.
HABILIDADES	• Conceituar e entender como a gestão pode mediar condições de indisciplina no espaço escolar; • Propor programas e projetos para erradicar ou amenizar situações de conflitos.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Indisciplina escolar – conceitos, causas e consequências;
- Tipos de conflitos mais comuns nas escolas;
- Mediação de Conflitos – conceitos e possibilidades;
- O papel da gestão na mediação de conflitos.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças (Org.). **Violência nas escolas**. Brasília, DF: Unesco, 2002.

AQUINO, Júlio G. **A indisciplina e a escola atual**. Revista Faculdade de Educação, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-204, jul./dez. 1998.

COSTA, Silvana Ferreira Magalhães. **Mediação de conflitos escolares e justiça restaurativa**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2012.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília, DF: Unesco, 2002.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Angela M.; MACHADO, Cristiane. **Gestão escolar**, situações de conflito e violência: campo de tensão em escolas públicas. Educar em Revista, v. 59, p. 157-173, 2016.

MARTUCCELLI, Danilo. **Reflexões sobre a violência na condição moderna**. Tempo Social, Revista de Sociologia, n. 1, p. 157-175, maio 1999.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

GESTÃO E O TRABALHO PEDAGÓGICO			
I. IDENTIFICAÇÃO			
CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	GESTÃO E O TRABALHO PEDAGÓGICO	CARGA HORÁRIA	24 H
II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA			
EMENTA	A disciplina aborda a relação da gestão administrativa com a área pedagógica, bem como as funções específicas da área relacionadas ao atendimento pedagógico.		
COMPETÊNCIAS	Entender as funções da Gestão Pedagógica e suas relações com a Gestão administrativa		
HABILIDADES	- Conceituar e entender as funções da gestão pedagógica; - Realizar atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.		
III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
- Funções da Gestão Administrativa e Pedagógica – definição de papéis; - A Gestão Pedagógica e a responsabilidade da formação continuada; - Planejamento, execução e Avaliação – acompanhamento pedagógico; - Reuniões Pedagógicas e Conselho de Classe – implicações.			
IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA			
CORAZZA, Sandra M. Planejamento de Ensino como Estratégia de Política Cultural . In: MOREIRA, Antonio Flavio B. (org.). Currículo: Questões Atuais. Campinas, Papirus, 1997.			
FREIRE, Madalena et alii. Avaliação e Planejamento : a prática educativa em questão. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.			
V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LUCK, Heloísa. Ação integrada : administração, supervisão e orientação educacional. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.			
LUCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências . Curitiba: Positivo. 2009.			
MACHADO, Maria A. de Medeiros. Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares . Em Aberto, Brasília, DF, v. 17, n. 72, p. 97-112, jun. 2001.			
VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS			

GESTÃO DE PESSOAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA**I. IDENTIFICAÇÃO**

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	GESTÃO DE PESSOAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA	CARGA HORÁRIA	24 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda a relação da gestão administrativa com a área pedagógica, bem como as funções específicas da área relacionadas ao atendimento pedagógico.
COMPETÊNCIAS	Entender as funções da Gestão Pedagógica e suas relações com a Gestão administrativa
HABILIDADES	- Conceituar e entender as funções da gestão pedagógica; - Realizar atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Significado e modalidades de Gestão de Pessoas;
- Objetivos, estruturas e ações estratégicas da modalidade de gestão de Pessoas;
- Políticas e práticas norteadoras do comportamento humano nos estabelecimentos de ensino: professores, alunos e funcionários.
- A seleção, a qualificação, o desenvolvimento e o treinamento de pessoas;
- Contrato de Trabalho;
- Remuneração e Salário;
- Duração do trabalho;
- FGTS;
- Décimo Terceiro;
- Descanso remunerado;
- Papel estratégico das pessoas na Administração Pública;
- Recursos Humanos em Gestão Pública;
- Políticas de pessoal na gestão pública (admissão, plano de carreira do servidor público);
- Planejamento e plano estratégico de gestão de pessoas.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

AQUINO, C. P. **Administração de recursos humanos: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARRAS, J. P. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Futura, 1999. p 59-90; p 253-269.

VILAS BOAS, A. A.; ANDRADE, R. O. B. de. **Gestão Estratégica de Pessoas**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZEVALGIA, T. **Gestão de Pessoas: desafios, tendências e expectativas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006

Enfoques. Curitiba: Ibpex. 2001 KOSTECKI, Marília. **Gestão de Pessoas**. Artigos: Educação. 2008. Disponível em: <<http://www.webarti>

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E LIDERANÇA

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	RELAÇÕES INTERPESSOAIS E LIDERANÇA	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda a aspectos das relações interpessoais, comunicação e liderança dos gestores no espaço educativo pedagógico.
COMPETÊNCIAS	Entender os conceitos e princípios da administração no que diz respeito à liderança, relações interpessoais e comunicação no ambiente educacional.
HABILIDADES	- Conceituar e entender as funções da gestão no que diz respeito às relações interpessoais que se estabelecem no ambiente educativo; - Aplicar princípios da gestão no que diz respeito à liderança e comunicação.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos Fundamentais de Relações Interpessoais, Comunicação e Liderança;
- Problemas Comuns nas Relações Interpessoais, na Comunicação e na Liderança;
- Formas e Estratégias de Comunicação: verbal, escrita, corporal etc.;
- Ética e Assertividade na Comunicação;
- Organização de Equipes de Trabalho;
- Técnicas de Liderança de Equipes;
- Negociação e Mediação de Conflitos como Estratégias de Solução de Problemas de Trabalho em Equipes;
- Estudo de Caso / Discussão / Informações ou Atualização / Debate ou Embate / Vivência.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

FIRMINO, M. B. (2009). **Gestão das organizações**. Conceitos e tendências actuais. Lisboa: Escolar Editora.

FISHER, R. e SHAPIRO, D. (2008). **Como usar as emoções para negociar**. Lisboa: Lua de Papel.

GOLEMAN, D. BOYATZIS, R. MCKEE, A. (2007) 3ª edição. **Os novos líderes**. A inteligência emocional nas organizações. Lisboa: Gradiva.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GREENFIELD, W.D.J. (2000). **Para uma teoria da administração escolar**: a centralidade da liderança. Em Sarmiento, M. J. (org.). **Autonomia da escola**. Políticas e práticas. Porto: Edições Asa.

GRELLIER, C. (2006). **As competências pessoais e profissionais do gestor**. Lisboa: Editorial Presença.

GUERRA, M. A. S. (2002). **Entre bastidores**. O lado oculto da organização escolar. Porto: Edições Asa.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA E CONTÁBIL EM EDUCAÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	GESTÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA E CONTÁBIL EM EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA	24 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda a aspectos da gestão financeira em espaços educacionais bem como, o planejamento e a organização orçamentária.
COMPETÊNCIAS	Entender os conceitos e princípios da gestão financeira e como planejar e organização orçamentos para garantia da manutenção do espaço educacional.
HABILIDADES	- Conceituar e entender as funções da gestão no processo de planejamento e organização financeira de uma instituição educacional; - Aplicar princípios da gestão financeira no que diz respeito a planejar, acompanhar e avaliar ações e orçamentos.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Ambiente da Gestão Financeira de uma escola;
- A função financeira;

- Gestão financeira de curto prazo: capital de giro, caixa, contas a receber, ponto de equilíbrio contábil, financeiro e econômico;
- Necessidade da gestão orçamentária vinculada à financeira;
- Modelos de Orçamentos: planejamento, execução, acompanhamento e avaliação;
- A relação entre a gestão Financeira e a Contabilidade;
- Distribuição orçamentária em escolas públicas e o papel da Conselho Escolar.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

VIEIRA, S. L. **Educação básica: política e gestão da escola** / Sofia Lerche Vieira. – Fortaleza: Liber Livro, 2008. p. 51-72 – (Coleção Formar).

POLO, José Carlos. "Autonomia de gestão financeira da escola". In. RODRIGUES, Maristela Marques, GIÁGIO, Mônica (orgs.) PRASEM III – Guia de Consulta. Brasília, FUNDESCOLA MEC. 2001, p.279-293.

Gestão Financeira. Revista Nova Escola. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/gestao-financeira-448591.shtml>

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHUCH, Cleusa Conceição Terres. **Gestão financeira de duas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul.** Disponível em <http://www.isecure.com.br/anpae/87.pdf>

DELLA TORRE, S. **O programa de descentralização financeira nas escolas municipais de Curitiba no período de 1997/2008:** aspectos administrativos, financeiros e jurídicos. Disponível em: <http://www.nupe.ufpr.br/dellatorre.pdf>

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

GESTÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING EDUCACIONAL

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	GESTÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda a aspectos da gestão de marketing de uma instituição de educação.
--------	---

COMPETÊNCIAS	Entender os conceitos e princípios da gestão de marketing e comunicação de uma instituição educacional, que garanta a visibilidade das ações efetivas do espaço.
HABILIDADES	- Conceituar e entender as funções da gestão no processo de planejamento e organização financeira de uma instituição de marketing e comunicação educacional; - Aplicar princípios da gestão de marketing para divulgação do espaço educacional.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Os Elementos que Constituem o Marketing;
- Sistema de informação e pesquisa;
- Implementação e administração da Estrutura de marketing;
- Definição de alvos e posicionamento competitivo;
- Produtos, valores, custos e satisfação;
- Mercado e Consumidores;
- Movimento do Marketing;
- Análise da Situação Planejamento e Implementação;
- Marketing Integrado;
- Implementação e administração da Estrutura de marketing;
- Trabalhando o endomarketing na instituição.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

DAUD, M. D. Propaganda e promoção in: COLOMBO, S. S. (org.). **Marketing educacional em ação: estratégias e ferramentas**. São Paulo: Artmed, 2005, p. 79 – 93.

DIAS, S. R. (org.). **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FACÓ, M. H. A. A essência do marketing educacional in: COLOMBO, S. S. (org.). **Marketing educacional em ação: estratégias e ferramentas**. São Paulo: Artmed, 2005, p. 18 – 34.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRACIOSO, F. **Marketing estratégico: planejamento estratégico orientado para o mercado**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

KOTLER, P.; FOX, K. F. A. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS	CARGA HORÁRIA	24 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda princípios do planejamento estratégico administrativo, que correspondem ao planejamento estratégico educacional.
COMPETÊNCIAS	Entender os conceitos e princípios do planejamento estratégico educacional, para garantia do trabalho pedagógico.
HABILIDADES	- Conceituar e entender as funções do planejamento estratégico; - Aplicar princípios do planejamento administrativo estratégico em instituições educacionais.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Articulação entre Planejamento, Plano de Gestão e PPP.
- Planejamento Estratégico: contexto histórico e conceitos fundamentais;
- A Aplicabilidade do Conhecimento Acadêmico e das Teorias Administrativas na Gestão de Organizações Educacionais;
- Visão Sistêmica e Interdisciplinaridade na Gestão de Organizações Educacionais: integração do âmbito administrativo, operacional e pedagógico;
- Problemas Contemporâneos nas Organizações Educacionais;
- Planejamento Estratégico como Ferramenta de Gestão: benefícios, roteiro de elaboração, planejamento para longo prazo, etapas do planejamento, modelos de planejamento, fatores críticos e de sucesso e noções de projetos;
- Articulação entre Planejamento, Plano de Gestão e PPP.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. 7ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da Escola Pública**. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

VALERIEN, Jean. **Gestão da Escola Fundamental**: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento. Adaptação: José Augusto dias. 8ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUBLANT, Carlos André Sousa. **Gestão Escolar**: fundamentos e práticas no contexto das escolas públicas. São Luís: EDUFMA, 2011.

NÓBREGA, C. L. **O Plano de desenvolvimento da escola (PDE) numa perspectiva de governo democrático e popular:** uma análise da experiência na Rede de Ensino do Recife – PE. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda princípios do empreendedorismo aplicado ao espaço educacional.
COMPETÊNCIAS	Entender os conceitos e princípios do profissional empreendedor no espaço educacional.
HABILIDADES	- Conceituar e entender as características do profissional empreendedor no espaço educacional; - Estimular o profissional empreendedor além de desenvolver nos alunos uma cultura empreendedora.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos de Empreendedorismo e Empreendedorismo Educacional;
- O Perfil Empreendedor dos Líderes Educacionais;
- A Formação de Cultura Empreendedora em Organizações Educacionais;
- Projetos Educacionais Empreendedores (administrativos e pedagógicos).

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

GIMENEZ, F.; FERREIRA, J. M.; RAMOS, S. C.; SCHERNER, M. L.; CARVALHO, G. M. **Empreendedorismo e Estratégia de Empresas de Pequeno Porte - 3Es2Ps.** Ed. Champagnat. Curitiba - PR. 2010. 264p

ITO, N. C.; HAYASHI-JÚNIOR, P.; GIMENEZ, F. A. P.; FENSTERSEIFER, J. E. Valor e Vantagem Competitiva: Buscando Definições, Relações e Repercussões. **RAC**, Vol. 16, Nº 02, Rio de Janeiro, p.290-307, 2012

LANA, J.; ORLANDI, C.; CAMARGO, M.; BRANCO, M. A.; LENZI, F. C.; A Relação das Competências Empreendedoras e da Conduta Intraempreendedora no Setor de Serviços Educacionais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Vol. 07, Nº 02, Rio de Janeiro, p.77-95, 2013.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, M. A. Gestão e Pedagogia Empreendedoras Urgem Educador-Empreendedor. **ECCOM**, Vol. 01, Nº 02, p.55-60, 2010

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASKI, A. R. W. Competências e Aprendizagem Empreendedora em MPE'S Educacionais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Vol. 08, Nº 03, Rio de Janeiro, p.01-22, 2014.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E CURSOS

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E CURSOS	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda os procedimentos básicos para credenciamento de uma instituição de ensino, desde os níveis e modalidades apontados pela LDB 9394/96, públicas ou particulares.
COMPETÊNCIAS	Entender os caminhos para solicitação de abertura, credenciamento, documentos necessários e órgãos de expedição de direito de atuação no âmbito educacional.
HABILIDADES	- Entender os caminhos e documentos necessários ao credenciamento e trâmites legais para abertura e manutenção de uma instituição educacional. - Elabora uma proposta de abertura de uma instituição educacional.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos de Empreendedorismo e Empreendedorismo Educacional;
- O Perfil Empreendedor dos Líderes Educacionais;
- A Formação de Cultura Empreendedora em Organizações Educacionais;
- Projetos Educacionais Empreendedores (administrativos e pedagógicos).

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

PARANÁ. Deliberações, Pareceres e Informações. Conselho Estadual de Educação. Disponível em: < www.cee.pr.gov.br/>. Acesso em 01/01/2015.

PARANÁ. Manual de Procedimentos para os Atos Regulatórios das Instituições de Ensino do Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em: <www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em 01/01/2015.

PARANÁ. Material elaborado para cursos de capacitação. Secretaria de Estado da Educação/Superintendência da Educação/Departamento de Legislação Escolar/Coordenação de Estrutura e Funcionamento. Curitiba: 2014.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PARANÁ. Material elaborado para oficina de formação em ação - Agente II. Secretaria de Estado da Educação/Superintendência da Educação/Departamento de Legislação Escolar/Coordenação de Estrutura e Funcionamento. Curitiba: 2015.

PARANÁ. Caderno Temático Sala de Arte: a importância do espaço. Josiane Maria Krauze da Silva. Material elaborado para o PDE. SEED, 2008.

PARANÁ. Site da Secretaria de Estado da Educação. <<http://www.educacao.pr.gov.br/index.php>>. Acesso em 01/12/2015.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

SEGURANÇA EM AMBIENTES EDUCACIONAIS

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	SEGURANÇA EM AMBIENTES EDUCACIONAIS	CARGA HORÁRIA	12 H

II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

EMENTA	A disciplina aborda os procedimentos básicos para garantir a segurança nos espaços educacionais.
COMPETÊNCIAS	Entender os caminhos legais e práticos para garantir a segurança dos envolvidos e da estrutura física no espaço educacional.
HABILIDADES	- Identificar o aparato necessário para segurança da estrutura do espaço educacional. - Elaborar uma proposta de segurança do seu espaço de trabalho.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos de segurança. Direitos à segurança na legislação. Estrutura da segurança pública na Constituição;
- Legislação e normas brasileiras relativas à proteção contra incêndio e explosões;
- Programas de proteção contra incêndio. Agentes extintores. Plano de evasão. Equipamentos fixos e móveis de combate a incêndio. Sistema de hidrantes e Sprinklers. Brigada de incêndio.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

MANUAL ORIENTATIVO DE SEGURANÇA ESCOLAR 2º R P Mon Autor: Sd QPM1 Luis Eduardo Couto Pereira Revisão: Juiz Gildo Adagir Meneghello Junior Major QOEM Marcelo Gayer Barboza Santana do Livramento/2014 2

MURARO, Hedi Martha Soeder (Org.) **protocolo da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência**. Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde, 2008.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Resolução RDC 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 16 set. 2004.

MORAES, G.A. **Legislação de segurança e saúde ocupacional**. Editora GVC, 2 ed., v.1, Rio de Janeiro, 2011.

MORILHA, Aparecido M. **Gerenciamento da Manutenção Predial: escolha e implantação de um sistema informatizado**. Anais... 11ª Conferência Internacional da LARES – Latin American Real Estate Society. São Paulo, 14 a 16 de setembro de 2011.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: AVALIAÇÃO EXTERNA E AUTO-AVALIAÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL		
DISCIPLINA	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: AVALIAÇÃO EXTERNA E AUTO-AVALIAÇÃO	CARGA HORÁRIA	12 H
II. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA			
EMENTA	A disciplina aborda os procedimentos de avaliação institucional externa e auto-avaliação, desde a escola de educação básica até superior.		

COMPETÊNCIAS	Entender as questões legais e os critérios de avaliação solicitados pelos órgãos de credenciamento.
HABILIDADES	- Identificar os tipos de avaliação e a legislação que as garante. - Identificar os critérios para avaliação institucional externa, exigidos pelos órgãos credenciadores. - Aplicar os critérios numa situação de estudo de caso.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Política pública e educacional como objetos de avaliação;
- Avaliação institucional em educação: objetivos, princípios, características e finalidades;
- Avaliação institucional como procedimento de avaliação interna (auto-avaliação) e externa (políticas públicas de avaliação);
- Processos metodológicos e usos da avaliação institucional em instituições e sistemas educacionais;
- Análise de modelos avaliativos aplicados à Educação Básica e à Educação Superior no país;
- Avaliação diagnóstica, mediadora, formativa, permanente e participativa;
- Avaliação e responsabilidade social.

IV. BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA

PASSOS, Giani M. **Contexto pedagógico para a prática da avaliação**. Batina. 21/05/2002. Disponível em: <www.batina.com/>. Acesso em: 25 set. 2004.

SOARES, Jose Francisco; ALVES, Maria T. Gonzaga; MARI, Flávia A. O. Torres. Avaliação de escolas de ensino básico. In: FREITAS, Luiz C. **Avaliação de escolas e universidades**. Ed. Komedi. 2003. p. 59-87.

THURLER, Monica Gather. **A eficácia das escolas não se mede**: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. Universidade de Genebra e de Fribourg. 1998. Tradução de Luciano Lopreto. Disponível em: <http://www.mec.es/cide/rieme/documentos/varios/gather1998.pdf>. Acesso em: 6/9/2004.

V. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, Philippe. **A Avaliação dos Estabelecimentos Escolares**: um Novo Avatar da Ilusão Cientificista? Universidade de Genebra. 1998. Trad. de Luciano Lopreto. In: Internet. Disponível em: http://www.Unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1998/1998_49.html. Acesso em: 6/9/2004.

FREITAS, Luiz C. **Implicações conceituais para uma prática avaliativa**. UNICAMP – Universidade de Campinas. 2001. In: Internet. Disponível em: <http://www.Prg.Unicamp.Br/implicacoes_conceituais_pratica_aval_luiz_carlos.htm>. Acesso em 2/9/2004.

VI. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS**3.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

A partir da Resolução 01 de 06 de abril de 2018, o aluno do curso de Especialização em DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL do Gran Centro Universitário, pode optar por fazer ou não o Trabalho de Conclusão de Curso.

4. EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

NOME	GERÊNCIA/INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
Rúbia de Cássia Cavali	Escola de Educação Sociedade e Ambiente	Coordenadora
Nara Luz Salamunes	Escola de Educação Sociedade e Ambiente	Membro NDE professor
Rozane Barros	Escola de Educação Sociedade e Ambiente	Membro NDE professor

ANEXO – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A TURMA XXXXXX

Nome do curso	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL
Identificação do Curso	Especialização
Habilitação	Especialista em DIREITO E GESTÃO EDUCACIONAL
Instituição Certificadora	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
Área do Conhecimento / Eixo Tecnológico	Educação
Dias do curso	Segundas e quartas / Terças e quintas, das 19 às 21h50 Sábados, das 8 às 16h40
Periodicidade do curso	Semanal /quinzenal
Duração do curso	18 meses
Modalidade	Presencial

Período de Realização do Curso (Cadastro E-mec)	
Endereço do local do curso	Rua Caetano Marchesini, 952 - Portão, Curitiba - PR, Brasil
Carga Horária (Cadastro E-mec)	360 horas
Número de Vagas	30 vagas
Período de Inscrição	
Período de Matrícula	
Data para Confirmação da Turma	
Duração mínima	18 meses
Duração máxima	21 meses
Caracterização das aulas	Teóricas, práticas e teórico práticas